

Caixa é refém da GTech, afirma Jorge Mattoso

Em audiência na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, afirmou que a instituição é refém da empresa GTech, contratada para executar os serviços relacionados às loteri-

as federais. A Caixa, disse, está impedida, por meio de ações judiciais da GTech, de realizar licitações, o que significa que se encontra "aprisionada" pela empresa. Vários senadores pediram uma CPI para esclarecer o contrato.

Página 8



Gerardo Magalhães

PREPARAÇÃO Sarney (C), o relator José Jorge e os líderes partidários discutem pontos da votação de hoje

Senadores votam hoje emendas à reforma da Justiça

A partir de 10h, a Comissão de Justiça começa a analisar aproximadamente 160 destaques apresentados à proposta de reforma do Judiciário. Ao sair de uma reunião de líderes com o presidente do Senado, o relator José Jorge disse acreditar na preservação do texto votado pela Câmara

Página 3



José Cruz

AUDIÊNCIA Entre os senadores Antonio Carlos Valadares, Ideli Salvatti e Ney Suassuna, o presidente da Caixa chega à CFC

Ministro prevê, no Senado, mais acesso ao ensino superior

A reforma do ensino superior deve reforçar, requalificar e ampliar a universidade pública para que ela seja referência do sistema. O ponto de vista foi apresentado pelo ministro

da Educação, Tarso Genro, em audiência pública ontem na Comissão de Educação do Senado. O ministro previu também a ampliação do acesso ao ensino superior.

Página 7

Projeto que reforça combate à criminalidade tem apoio da CAE

Página 2



Célio Azevedo

PREVISÃO Tarso Genro (ao lado do senador Osmar Dias) quer a universidade pública como referência

Agenda

Plenário analisa medidas provisórias em sessão às 14h30

A pauta de votações do Plenário permanece trancada. Hoje, às 14h30, os senadores continuam a discussão da medida provisória que trata sobre metas a serem observadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para a adaptação de

contratos firmados até 2 de janeiro de 1999 (MP 148/03). A proposta não foi votada na sessão de ontem porque o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) solicitou um prazo de 24 horas para apresentar seu parecer sobre o texto.

Especialistas depõem na CPI dos Transgênicos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Transgênicos realiza hoje, às 17h, audiência com o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, Cláudio Roberto Langoni; o ex-presi-

dente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) Luís Antonio Barreto de Castro, e o ex-secretário de Agricultura do estado do Rio Grande do Sul José Hermeto Hoffmann.

Destaques à reforma do Judiciário na CCJ

Os cerca de 160 destaques apresentados pelos parlamentares à proposta de reforma do Judiciário (PEC 29/00) serão analisados hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na quarta-feira passada, os senadores aprovaram o texto básico do relator, senador José Jorge (PFL-PE). Depois de votados os destaques, o texto pode ir ao exame do Plenário.



Conselho de Ética do Senado ouve Garotinho

O secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (foto), fala ao Conselho de Ética hoje, às 17h. Ele discute denúncia contra o senador Roberto Saturnino (PT-RJ), acusado pelo



Partido Democrático Trabalhista (PDT) de ter participado, antes das eleições, de um acordo para dividir o mandato com o suplente Carlos Lupi. O PDT pede a cassação do mandato de Saturnino.



Comissão de Fiscalização e Controle

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) reúne-se hoje, a partir das 11h30, para votar requerimento solicitando audiências para discutir as investigações do assassinato de funcionários do Ministério do Trabalho em Unai (MG). A comissão analisa ainda, em caráter sigiloso, proposta sugerindo a fiscalização da aplicação dos recursos federais feita pela Prefeitura Municipal de Bacabal (MA) nos últimos seis anos.

Audiências públicas

Os diretores dos Departamentos de Trânsito (Detrans) do Rio de Janeiro e de São Paulo participam da reunião de hoje da CPI do Desmanche, às 10h. No mesmo horário, a CPI da Exploração Sexual ouve a secretária Nacional de Justiça, Cláudia Chagas. Às 11h, a CPI do Banestado realiza reunião administrativa.

Socorro financeiro à mídia

A possível ajuda financeira, por intermédio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a empresas de comunicação em crise é tema de debate na Comissão de Educação (CE) hoje, às 10h. Estarão presentes executivos das principais redes de TV, além do vice-presidente do BNDES, Darc Costa.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

CAE aprova projeto para agilizar combate ao crime

Estados e municípios só terão acesso aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) caso hajam instituído um plano de combate à criminalidade e estejam integrados a um sistema nacional de informações de segurança. É o que determina projeto do senador Magno Malta (PL-ES) que recebeu parecer favorável na reunião de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto (PLS 310/03) segue agora para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão terminativa.

O Fundo Nacional de Segurança Pública, criado em 2001 no âmbito do Ministério da Justiça, tem por objetivo apoiar projetos dos governos estaduais e municipais na área de segurança pública. O FNSP também ajuda os governos que colocam em prática projetos sociais de prevenção à violência.

Magno Malta informou que seu projeto visa incentivar políticas de combate à criminalidade. Para o senador, a falta de troca de informações entre órgãos de segurança de estados e



SISTEMA Malta propõe medida para melhorar comunicação entre órgãos de segurança

municípios com o sistema federal dá grande vantagem aos criminosos, particularmente quando sua atuação ultrapassa as fronteiras dos estados.

Na mesma reunião, a CAE, presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), aprovou parecer de Ney Suassuna (PMDB-PB) contrário a projeto de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que permite a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para financiamento de curso superior para trabalhadores. O projeto será analisado pela Comissão de Educação (CE), onde terá decisão terminativa.

Tebet confirma presença de Palocci em audiência

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informou que a audiência com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, será no próximo dia 30, a partir das 10h. Tebet disse que recebeu telefonema do chefe de gabinete do ministro, confirmando a presença de Palocci na CAE para

debater a política econômica do governo e as implicações do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Tebet reforçou também a importância da audiência com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, agendada para amanhã, às 10h, que virá discutir os mesmos temas.

—A condução da política econômica é determinada por decisões do Poder Executivo. Mas o Legislativo deve ampliar sua participação na discussão sobre o acordo com o FMI, a situação dos estados e dos municípios brasileiros, a crise social, com o aumento do desemprego, e a má distribuição de renda no país — afirmou, lembrando que no Senado essa tarefa compete à CAE.

A audiência com Palocci e Meirelles foi solicitada pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). Esta será a segunda vez que eles falam ao colegiado. A primeira audiência ocorreu no dia 11 de março do ano passado.

Suassuna pede 24 horas para dar parecer sobre a ANS

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) solicitou ontem um prazo de 24 horas para apresentar seu parecer sobre a Medida Provisória 148/03, que atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e fixa as diretrizes que a agência deverá seguir para incentivar a adaptação dos contratos de planos de saúde assinados anteriormente à Lei 9.656/98.

Com isso, as votações do Plenário seguem trancadas. Além da MP 148, há outras 12 medidas provisórias em pauta, impedindo votações de outras matérias no Plenário e de propostas terminativas nas comissões permanentes do Senado.

De acordo com Suassuna, seu pedido de adiamento da votação da MP atendeu ao líder do PFL, José Agripino (RN), que solicitou mais tempo para que seu partido decida sobre a matéria. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), confirmou o pedido do PFL e disse que o governo "busca o consenso" na matéria, e por isso preferiu adiar a votação da proposta.

Efraim: "Excesso de MPs atrasa ordem do dia"



Efraim Morais diz que Zeca do PT também evita CPI

O líder da Minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), afirmou ontem que o excesso de medidas provisórias vem inviabilizando a ordem do dia do Senado. O senador disse que em-

borra o governo conte com maioria na Casa, tem acusado a oposição pela falta de acordo para as votações.

Efraim criticou o fato de o governo tentar melhorar sua imagem gastando R\$ 8 milhões em publicidade. Ele destacou que a não instalação da CPI dos Bingos está disseminando a impunidade no país e lembrou que o governador de Mato Grosso do Sul também está tentando impedir uma CPI para investigar seu governo.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Exame começa às 10h. José Jorge diz que estrutura da reforma deverá ser a mesma aprovada pela Câmara dos Deputados

Senadores iniciam votação das 160 emendas apresentadas na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) começa a analisar hoje, às 10h, os 160 destaques ao relatório do senador José Jorge (PFL-PE) sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC n° 29/00) que reforma o Poder Judiciário. O texto básico foi aprovado na semana passada.

O senador José Jorge conservou o texto da reforma do Judiciário já aprovado pela Câmara

dos Deputados em seus aspectos básicos. Foi mantido o Conselho Nacional de Justiça, que exercerá o controle externo das atividades do Judiciário, com membros da sociedade civil.

O relator também manteve a súmula vinculante para o Supremo Tribunal Federal (STF). Com esse instrumento, juízes de instâncias inferiores não poderão julgar de forma dife-

rente o que já tenha sido decidido pelo STF.

Para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST), José Jorge está propondo a chamada súmula impeditiva de recursos.

Editada pelos dois tribunais após decisão tomada por dois terços de seus membros, a súmula impeditiva proíbe a apresentação de recurso judicial caso o magistrado julgue de

maneira similar às decisões do STJ e TST.

José Jorge incluiu também no relatório, aprovado na semana passada, a quarentena de três anos para que juízes aposentados voltem a advogar na mesma corte em que atuaram como magistrados; a proibição de contratação de parentes no Judiciário e no Ministério Público; e a federalização dos crimes contra direitos humanos.

Texto deve preservar estrutura aprovada na Câmara

Ao sair de reunião no gabinete da Presidência do Senado, o senador José Jorge anunciou ontem que a reforma do Judiciário deverá ser aprovada, em sua estrutura, na forma como veio da Câmara dos Deputados. Nessa reunião, da qual participaram, além do presidente José Sarney, líderes de todos os partidos, José Jorge informou que foram discutidos pontos da reforma a partir dos quais serão organizados os destaques para votação em separado.

– Quase todos os pontos são de consenso. A súmula vinculante é um ponto polêmico,

mas o líder Aloizio Mercadante (PT-SP) vai defendê-la, e acho que não haverá dificuldade. Em relação ao Conselho Nacional de Justiça, o único aspecto ainda em dúvida é a possibilidade de perda do cargo de juiz, que eu retirei do relatório e que o governo, por meio do líder Mercadante, vai apresentar num destaque para que volte ao texto.

Indagado sobre a preocupação dos ministros dos tribunais superiores a respeito da composição desse conselho, José Jorge disse ter recebido o documento por eles entregue

ao presidente Sarney e observou que o texto contém pleitos antigos.

– O presidente Sarney me entregou o documento, é evidente que uma solicitação dos ministros será sempre levada em conta no Senado, mas a tendência da Casa é aprovar a estrutura que veio da Câmara.

O senador explicou que "não há intenção de mexer nas sentenças".

– Juízes são independentes para darem as sentenças que desejarem. O conselho é administrativo e apenas vai fazer o controle administrativo.



Foto: Roosevelt Pinheiro

INDEPENDÊNCIA José Jorge explica que não existe intenção de modificar as sentenças



APELO Sarney recebe os presidentes do TST, Francisco Fausto; do STM, José Pedrosa; do STF, Maurício Corrêa; e do STJ, Nilson Naves

Tribunais querem apenas magistrados no conselho

Os tribunais superiores não querem pessoas estranhas aos quadros da magistratura integrando o Conselho Nacional de Justiça, contrariamente à forma prevista na proposta de emenda à Constituição (PEC

29/00) que reforma o Judiciário, em exame no Senado. Documento manifestando essa preocupação foi entregue ontem ao presidente do Senado, José Sarney, pelos presidentes do Supremo Tribunal Federal

(STF), Maurício Corrêa; do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Nilson Naves; do Superior Tribunal Militar (STM), José Júlio Pedrosa; e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Francisco Fausto.

Eles fizeram um apelo para que o Senado promova uma profunda reflexão acerca do tema, harmonizando o instituto do Conselho Nacional de Justiça com os postulados fundamentais da República. Os ministros afirmam que o que se convencionou chamar de controle externo do Judiciário traduz "potencial ameaça à própria essência do sistema republicano, inaugurado no Brasil pela Constituição de 1891 e mantido em todos os textos constitucionais subsequentes".

Também lembram que, no preâmbulo da Constituição de 1988, foi promulgado um Estado democrático destinado a assegurar, dentre outros valores

supremos, o exercício da liberdade. Os presidentes dos tribunais explicam ainda que a oposição de vontades é condição normal na vida das democracias e que é o Judiciário que dirime as pendências, compensando, na autoridade do ordenamento jurídico, a força do Executivo e a vontade do Legislativo.

Em entrevista à imprensa, o ministro Maurício Corrêa disse que o documento entregue a Sarney objetiva firmar, perante os Anais do Senado, que todos os tribunais superiores estão preocupados com o controle externo.

Maurício Corrêa afirmou interpretar esse controle como "uma fiscalização de pessoas que não integram o Poder Judiciário e que vão fazer a fiscalização de um Poder da República". No seu entender, essa é uma questão que afeta a essência do sistema republicano.



REPERCUSSÃO Alvaro citou editorial de jornal britânico sobre brigas no governo

Divergências entre ministros preocupam país, segundo Alvaro Dias

A falta de consenso entre os ministros preocupa o país, disse ontem o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ao divulgar editorial do jornal britânico *Financial Times* sobre o assunto. Conforme o senador, o jornal afirma que as brigas internas do governo brasileiro mais parecem "bate-boca num parquinho infantil".

A publicação, observou Alvaro, referia-se às discussões entre os minis-

tros da Agricultura, Roberto Rodrigues, e do Planejamento, Guido Mantega, além das críticas do presidente do PL, deputado Valdemar Costa Neto (SP), ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Alvaro Dias alertou para a necessidade de o governo restabelecer a sua unidade interna para não sofrer prejuízos diante dos "sinais preocupantes emitidos pela conjuntura in-

ternacional". Ele lembrou que o Brasil tem sido um dos destaques negativos do mercado na venda de títulos da dívida de países emergentes, tendo o risco-país registrado crescimento de 4,7%.

O senador criticou a tentativa do governo de vencer as desavenças internas "impondo a lei do silêncio e determinando que manifestações contrárias às do governo só valem

dentro dos limites do Palácio do Planalto". Ele também criticou a decisão do governo de promover campanha publicitária no valor de R\$ 8 milhões.

Alvaro ainda comunicou a visita ao Brasil de comissão internacional de alto nível para preparar a Conferência Mundial sobre a Redução da Pobreza, a realizar-se em Xangai, China, de 25 a 27 de maio.

Para Virgílio, Waldomiro Diniz não agiu sozinho

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou que nunca viu um governo com tanto medo de investigações sobre um funcionário de terceiro escalão. O senador referia-se às denúncias envolvendo o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz.

– Vamos rasgar a fantasia: não há um "caso Waldomiro", porque ninguém faz esse tipo de coisa sozinho. O que existe é uma questão que envolve Waldomiro, Rogério Buratti, crime organizado e pode chegar, talvez, ao ministro José Dirceu ou até a outro personagem importante da República. Assim, querem impedir uma CPI a qualquer custo.

Virgílio rebateu críticas de Dirceu a discurso do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), dizendo que o pronunciamento foi a favor da governabilidade, colocando limites entre a esfera política e a ordem econômica, para diminuir o impacto da crise. Ele disse que não conseguia entender por que o discurso havia sido criticado.

– Certamente foi a vocação autoritária do ministro que se insurgiu contra o bom senso de Jereissati, porque ele impediu seu plano de levar preocupações da política para o econômico numa tentativa de readquirir o poder absoluto de czar que tinha no governo.



ESPANTO Arthur Virgílio diz nunca ter visto um governo com tanto medo de investigação

José Dirceu "demonstra falta de equilíbrio", diz Jereissati

Afirmção foi resposta ao ministro-chefe da Casa Civil, que, em entrevista, criticou o senador do PSDB

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou da tribuna que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, "demonstra falta de serenidade e equilíbrio". Ele se referia a entrevista do ministro publicada ontem na coluna de Merval Pereira, do jornal *O Globo*. José Dirceu afirmou que, depois de ler o discurso de Jereissati feito quarta-feira, dia 17, concluiu que o senador mais atacou o governo do que defendeu a política econômica do ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

– Fiquei preocupado com o tom das declarações do ministro, tido como um "primeiro-ministro" do governo. O minis-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

APLAUSO Jereissati reafirma apoio à política econômica comandada por Antonio Palocci

tro demonstra uma falta de serenidade total e de equilíbrio para o cargo que exerce. Fiz o possível e o impossível para preservá-lo, e a todo o governo, no caso Waldomiro. Sugiro ao ministro que pense duas, três, quatro vezes antes de fazer qualquer declaração, pois no

cargo que ocupa ele tem de trazer uma palavra de paz ao país, de estabilidade, de respeito e de diálogo – afirmou Jereissati.

O senador leu trecho da entrevista em que o ministro sustenta que "Tasso Jereissati insinua que o governo tem relações com o crime organizado". Para o senador, é do conhecimento de todo o país que um assessor de José Dirceu foi flagrado negociando com um homem ligado ao jogo do bicho apoio financeiro ao PT.

O senador aplaudiu a política econômica do ministro da Fazenda e reafirmou que o PSDB faz oposição construtiva.

Jereissati recebeu a solidariedade de Arthur Virgílio (PSDB-AM), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Almeida Lima (PDT-SE). Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que só tem ouvido do ministro José Dirceu "coisas excelentes" sobre Jereissati.

Ideli: fala não pode ser usada contra o governo

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), respondeu ao discurso em que o senador Tasso Jereissati criticou a entrevista do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, ao jornal *O Globo*. Conforme a senadora, as observações feitas pelo ministro sobre as relações entre governo federal e governos estaduais não poderiam ser usadas para desqualificar o trabalho conjunto iniciado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva com os governadores.

– A entrevista do ministro Dirceu é apenas um momento em 15 meses – disse a parlamentar, referindo-se ao trecho em que o ministro afirma que São Paulo e Minas Gerais não sobreviveriam um mês sem o apoio do governo federal, o



ESFORÇO Ideli lembra que Lula buscou apoio dos governadores a seus projetos

que explicaria o "comportamento equilibrado" dos governadores Geraldo Alckmin e Aécio Neves frente à crise política em torno do ex-assessor parlamentar da Casa Civil Waldomiro Diniz.

Ideli observou que, ciente da insuficiência de apoio no Con-

gresso, o governo Lula buscou formar uma aliança para tocar seus projetos. Fizeram parte desse esforço reuniões com os governadores.

A sugestão feita por Jereissati de que Dirceu tirasse férias, para "retomar o equilíbrio emocional", causou estranheza à senadora. Segundo afirmou, o parlamentar cearense não se comportou do modo habitual em reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) quando Ideli recordou o papel omisso do PSDB na indicação de representantes para CPIs no passado.

– Nem por isso sugeri que ele tirasse férias – ressaltou a senadora, que se disse um pouco aborrecida.



CULPA Para Jefferson, Dirceu cometeu erro grave, "mesmo que não tenha havido dolo"

Jefferson Péres pede demissão do chefe da Casa Civil

O líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), disse que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, deveria pedir demissão, porque cometeu erro grave, mesmo que não tenha havido dolo. Ele citou o exemplo do ex-primeiro-ministro socialista da Alemanha Willy Brandt, "o mais brilhante estadista alemão do pós-guerra", que se demitiu e abandonou definitivamente a política quando se descobriu que seu secretário particular, Günther Guillaume, era espião da então inimiga Alemanha Oriental.

– Willy Brandt não sabia, foi traído pelo auxiliar, mas mesmo assim considerou-se inabilitado para continuar na vida pública.

Segundo Jefferson, José Dirceu "joga gasolina na fogueira justamente quando a crise política que o tem no olho do furacão" começava a amainar. Destacou que o ministro atacou o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) quando o parlamentar cearense fez um discurso que exortava à estabilidade econômica do país.

– Disse que era um "discursinho" de oposição responsável. Ele queria o quê, um "discursão" de oposição irresponsável? – perguntou Jefferson. O senador também condenou as críticas de Dirceu a Minas Gerais e a São Paulo.

Almeida Lima estranha as declarações de José Dirceu

O senador Almeida Lima (PDT-SE) afirmou ter ficado estupefato com as declarações atribuídas ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, publicadas na coluna do jornalista Merval Pereira, na edição de ontem do jornal *O Globo*. Ele classificou os comentários do ministro sobre discurso proferido pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) como “estúpidos, injustos, indelicados e irracionais”.

Por outro lado, de forma irônica, Almeida Lima disse que respirou um pouco aliviado quando leu que Dirceu considerava o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) mais irresponsável do que ele.

– Fiquei alegre com a declaração de José Dirceu. Até então, a impressão que eu tinha era a de que eu era o senador mais irresponsável que tinha nesse Plenário.

Almeida Lima também protestou contra intenção anunciada pelo governo de gastar R\$ 8 milhões em publicidade para mudar sua imagem, segundo ele, “desgastada com tanta bagunça e falta de ação”.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) ressaltou que o governo está perdido. José Jorge (PFL-PE) salientou não caber ao ministro José Dirceu afirmar que “o caso Waldomiro está encerrado”.



ALÍVIO “Tinha a impressão de que eu era o senador mais irresponsável nesse Plenário”

César Borges acusa Waldir Pires de perseguição ao PFL

■ Controlador-geral castiga prefeituras da oposição, mas não fiscaliza as do PT, afirma senador

O senador César Borges (PFL-BA) acusou o controlador-geral da União, Waldir Pires, de não cumprir suas obrigações constitucionais e de promover uma perseguição a prefeitos que não são do PT, principalmente aos do PFL e da Bahia.

– Ele tem usado um aparato espetaculoso, com sirenes, policiais e muito barulho, para fiscalizar prefeituras baianas, mas não fiscaliza nenhuma do PT.

Para César Borges, Waldir Pires quer desviar a atenção da mídia de irregularidades na Corregedoria Geral da União, já constatadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).



OMISSÃO “Onde estava a Corregedoria quando surgiu denúncia contra Waldomiro?”

– Onde estava a Corregedoria e onde estava Waldir Pires quando surgiram as denúncias sobre favorecimento de construtoras no Ministério dos Transportes? Onde estava Waldir Pires quando surgiu a primeira denúncia sobre Waldomiro Diniz, em junho de 2003,

na revista *IstoÉ?* Onde estava Waldir Pires quando Sandra Starling denunciou irregularidades na terceirização de serviços no Ministério do Trabalho? – perguntou César Borges.

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que Waldir Pires é “um atrasado mental”, uma espécie de “falsa Anadyr, um derrotado político ressentido, que foi expulso da Bahia pelo povo perseguido por ele”, observou o senador, numa referência à titular da pasta durante o governo Fernando Henrique Cardoso, Anadyr de Mendonça Rodrigues.

César Borges acrescentou que o controlador-geral da União “é um homem amargo” e sugeriu que ele “peça para sair”, como fez quando era governador da Bahia, para aderir à candidatura de Ulysses Guimarães à Presidência, em 1989, e conduzi-lo a uma derrota humilhante.

Para Mercadante, sorteio define investigação

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que a Controladoria Geral da União (CGU) adota o sorteio como critério para a escolha dos municípios que são investigados pelo órgão, rebatendo assim as acusações do PFL de que o ministro Waldir Pires, titular da CGU, estaria promovendo uma perseguição política às prefeituras baianas comandadas por aliados do senador Antonio Carlos Magalhães, seu opositor no estado.

Mercadante lembrou que existe “uma disputa política antiga na Bahia” que precisa ser considerada na avaliação desse caso. Mas comprometeu-se a analisar as questões levantadas pelo senador César Borges no pronunciamento feito ontem e a pedir explicações à



RESPOSTA Mercadante diz que combate à corrupção incomoda “gestores inidôneos”

CGU em relação às perguntas que forem pertinentes.

Os ataques do PFL foram formalizados em nota divulgada ontem pelo partido na segunda-feira. O ministro rechaçou-as, também em nota à imprensa, dizendo estar ciente de que um programa para combater com firmeza a corrupção inco-

modaria muito “os gestores inidôneos e seus históricos protetores”, anunciando que irá continuar com novos sorteios no próximo dia 29 para selecionar 50 áreas a serem investigadas pela CGU. No ano passado, foram 281 municípios fiscalizados, dos quais 16 na Bahia e, destes, seis administrados pelo PFL, de acordo com informações do ministro.

Reação

Antonio Carlos Magalhães reforçou as acusações contra Waldir Pires, feitas por César Borges. O senador assinalou que o titular da CGU persegue os municípios baianos e não tem a “honestidade” de reconhecer a lisura dos prefeitos, quando nada encontra que desabone suas administrações.



CONSELHO Marcelo Crivella considera necessário pedir desculpas quando se erra

Crivella pede ao governo que seja menos arrogante

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) aconselhou ontem o governo a ser menos arrogante no trato com a imprensa.

– Os projetos do governo não estão indo a contento, ninguém está satisfeito, mas o melhor caminho não passa pela arrogância ou pela descortesia com uma classe [jornalistas] que aprendi a respeitar – disse.

Citando trecho bíblico em que Deus ensina a Moisés: “Sede santos, porque eu, o Senhor, vosso Deus, sou santo”, Crivella salientou que o país precisa de exemplos, “e exemplo impõe renúncia e comportamento diferente, especialmente quando somos criticados”. Ele frisou ainda que o governo precisa assumir um compromisso de humildade e saber pedir desculpas quando erra.

Segundo Crivella, o jornalista que cobre política precisa conhecer tudo, pois na verdade estará cobrindo setores diversos, como economia, energia, transporte, educação, saúde, segurança, finanças, entre outros. Ele acrescentou que os parlamentares também precisam conhecer tudo, mas podem contar com assessores e consultorias para ajudá-los.

– O jornalista não, e quando faz uma pergunta profissional a uma autoridade, não pode ser tratado com deselegância e falta de educação – afirmou.



SINAIS Demostenes observa que vaias revelam descontentamento popular

Governo está paralisado e desarticulado, segundo Demostenes

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) evidenciou os fatos que a seu ver demonstram o crescente descontentamento da população com a administração do presidente Lula, pela sua desarticulação e falta de realizações. Das vaias em frente ao Hotel Copacabana Palace (RJ), direcionadas ao presidente Lula durante espetáculo em homenagem a Ayrton Senna, às brigas internas

entre ministros, passando pelo escândalo da Casa Civil e pelo distanciamento entre as ações e as promessas de campanha, além da falta de verbas em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, o senador pontuou exemplos do que chamou de “paralisia administrativa” do governo.

– O que se percebe é que não há um governo de fato, mas uma orga-

nização frágil, estabonada e de escasso talento administrativo que entoa “Meu mundo caiu” a cada palavra ou declaração – disse.

Demostenes defendeu o ministro Roberto Rodrigues, no episódio em que o titular da Agricultura desabafou sua indignação pelo fato de ter esperado seis meses para ser recebido pelo seu colega do Planejamento, Guido Mantega, para resol-

ver a greve dos fiscais federais agropecuários. Ele lembrou que foi com muita propriedade que coluna do jornal *O Globo*, na edição de terça-feira, aponta Mantega como o ministro que lidera as insatisfações contra o governo. O senador elogiou o ministro Antonio Palocci, “um dos poucos quadros diferenciados no ambiente geral de mediocridade da Esplanada”.



Márcio Kalume

Sarney é convidado para reunião do Mercosul

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu o presidente do Senado do Paraguai, Carlos Mateo Balmelli, que o convidou a participar de conferência dos presidentes dos parlamentos dos países do Mercosul, a realizar-se em Assunção. O se-

nador paraguaio disse que o convite foi aceito, e falou da importância da participação de Sarney.

– O presidente Sarney é figura emblemática pelo papel desempenhado na consolidação da democracia no Brasil.

Garibaldi cobra verbas para obras no Nordeste

A liberação de verbas para a Região Nordeste foi pedida ontem pelo senador Garibaldi Alves (PMDB-RN). Lamentando que obras “esperadas há séculos” não saem do papel ou têm desenvolvimento lento, ele citou a falta de verbas do Orçamento Geral da União para os projetos.

Para a rodovia Transnordestina foram separados apenas R\$ 4 milhões em 2004. E para a duplicação da BR-101 só restaram R\$ 3 milhões. No caso da transposição das águas do Rio São Francisco, para a qual foram prometidos R\$ 4 bilhões, nada foi reservado no orçamento. O senador lamentou que a implantação de adutoras, para levar água às regiões secas, esteja parada no momento em que há abundância de recursos hídricos em razão das últimas cheias.

O senador lembrou os tempos do governo Collor para alertar sobre a paralisia que afeta principalmente projetos dos estados mais pobres, como os do Nordeste.



Roosevelt Pinheiro

Faltam recursos no orçamento, afirma Célio

Aelton destaca parceria em Minas com empresários

O trabalho realizado pelo governo de Minas Gerais, em parceria com a iniciativa privada, para equilibrar as contas do estado foi destacado pelo senador Aelton Freitas (PL-MG).

– A iniciativa privada tem compreendido e apoiado as soluções propostas pelo Executivo. Trata-se de um trabalho de parceria indispensável, que pode vir a beneficiar mais de 40 mil empresas de diversos

setores produtivos em todas as regiões de Minas Gerais – comentou.

Aelton destacou o lançamento, em Belo Horizonte, do programa Minas Ativa, que envolve ações pioneiras de premiação a contribuintes em dia com o fisco e estimula os inadimplentes a regularizar as contas. O programa, disse, visa à valorização das empresas.



Roosevelt Pinheiro

Aelton: iniciativa visa equilibrar contas do estado

Saturnino quer explicações sobre a venda da Embratel

Comissão de Valores Mobiliários e Anatel devem se pronunciar sobre o negócio, adverte senador

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) cobrou da tribuna que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) se pronunciem sobre a venda da Embratel para a mexicana Telmex, do milionário Carlos Slim. A Embratel é controlada pela norte-americana MCI.

Para Saturnino, é no mínimo uma “situação estranha” a venda da empresa por um valor menor que a proposta dos grandes grupos de telefonia fixa que operam no Brasil – eles



Roosevelt Pinheiro

ESTRANHEZA Saturnino não entende rejeição de proposta de valor mais elevado

formaram uma terceira empresa, de nome Geodex.

– A Embratel opera um canal exclusivo das Forças Armadas brasileiras. Por isso, não se pode deixar que as decisões da empresa venham a ser tomadas em Nova York ou outra cidade não-brasileira – disse.

Saturnino afirmou ainda que os acionistas minoritários da

Embratel podem ter sido lesados na negociação. Fora isso, continuou, outra empresa do mexicano Carlos Slim teria feito uma operação ruínoza com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Tudo isso tem de ser levado em conta para a venda da Embratel”, advertiu. Roberto Saturnino opinou que os senadores deveriam promover discussões sobre o setor de telecomunicações.

Votação

A falta de acordo entre os partidos, que vem inviabilizando a votação de 13 medidas provisórias no Senado, foi lamentada por Saturnino. Uma delas, explicou o senador, trata do arrendamento residencial, que poderá revitalizar a área de construção civil e reduzir o déficit habitacional do país.

João Ribeiro pede criação de programas habitacionais

O senador João Ribeiro (PFL-TO) conclamou o governo federal a dar prioridade a programas habitacionais voltados para a população carente. Ele lamentou que, após mais de três anos da promulgação da Emenda Constitucional nº 26, que incluiu o direito à moradia entre os direitos fundamentais do cidadão, o déficit habitacional no país, que era de 5,3 milhões de domicílios, tenha

passado dos 6,6 milhões. Ribeiro disse que alocar recursos para financiamentos não resolve o problema da grande maioria da população pobre do país. Devido ao desemprego, disse, o cidadão não tem condições sequer de se cadastrar para comprar a casa própria. O senador ressaltou que os programas de construção de casas são geradores de emprego.



Genildo Magela

Ribeiro: cresce o número de famílias sem casa

Paim protesta contra episódio de racismo envolvendo servidor

O senador Paulo Paim (PT-RS) protestou contra o constrangimento por que passou o secretário-executivo do Ministério do Esporte, Orlando Silva de Jesus, quando um motorista de táxi o levou até a guarita do Palácio do Planalto, em vez de conduzi-lo ao hotel onde estava hospedado em Brasília.

– Orlando Silva é um homem negro e, exclusivamente por essa razão, foi considerado suspeito e levado até os policiais militares que fazem a guarda do palácio. Ele chegou a ser revistado pelos policiais, a pedido do motorista que se sentiu ameaçado – disse.

Paim afirmou que, no Brasil, “querem tapar o sol com a peneira”, ao dizer que existe um preconceito de classe e não um preconceito racial. Para ele, episódios como esse mostram bem que o motorista foi educado numa sociedade em que a cor das pessoas define seu lugar social. “E mais: o negro é uma ameaça, um caso de polícia”, protestou. O senador conclamou governo e sociedade a levarem adiante uma campanha nacional anti-racismo.



J. Freitas

Paulo Paim: “Querem tapar o sol com a peneira”

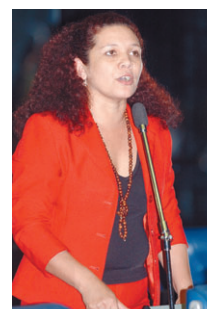
Fátima Cleide afirma que não atacou o governo de Rondônia

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) afirmou que não atacou o governo de Rondônia em discurso feito na última quinta-feira.

– Lamentei a condução carregada de equívocos do governador de Rondônia, Ivo Cassol, do PSDB, que desviou mais de R\$ 10 milhões na compra, sem licitação, de alimentação para os hospitais do estado – assinalou.

Ela pediu que o **Jornal do Senado** fizesse correção do título da matéria que saiu na edição de sexta-feira (“Fátima ataca governo de Rondônia”). Disse que apenas trouxe ao conhecimento dos senadores notícia publicada pela *Folha de S. Paulo* sobre o assunto.

Fátima anunciou que se realizará, de 2 a 4 de abril, em Porto Velho (RO), a Terceira Conferência da Amazônia, coordenada pela Fundação Perseu Abramo, reunindo governos e representantes da sociedade para discutir o programa Amazônia Sustentável e as concepções de desenvolvimento da Amazônia previstas no Plano Plurianual (PPA). A senadora estará presente, assim como Sibá Machado (PT-AC), relator do PPA.



Roosevelt Pinheiro

Fátima Cleide diz que apenas registrou notícia

Governo “virou as costas” ao Piauí, diz Heráclito Fortes

O governo Luiz Inácio Lula da Silva “virou as costas” ao Piauí, deixando de repassar verbas, inclusive aquelas destinadas ao socorro das populações atingidas pelas últimas cheias, lamentou ontem o senador Heráclito Fortes (PFL-PI). É o caso, disse, dos R\$ 960 mil que deveriam ter sido destinados aos serviços de saúde de Teresina, a capital do estado.

Heráclito Fortes leu matéria com entrevista do presidente da Fundação Municipal de Saúde, Silvio Mendes, a um órgão de imprensa piauiense sobre o tema. Mendes afirma que o “governo federal está emperrando o processo de abertura do Pronto-Socorro Municipal de Teresina”.

Referindo-se à entrevista do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, em que ele salientou a dependência de Minas Gerais e São Paulo ao governo federal, Heráclito Fortes afirmou que “o Piauí está há um ano e quatro meses sem ajuda do governo federal e mesmo assim sobrevive”.



Roosevelt Pinheiro

Heráclito: verbas não estão sendo repassadas

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Ao debater na CE projeto de mudanças, ministro anuncia instalação de universidades públicas em localidades que não contam com curso superior, como forma de descentralizar o ensino



Fotos: Célio Azevedo
COMPROMISSO Tarso Genro (E), ouvido por Osmar Dias e Sarney, anuncia que projeto de reforma deve ser enviado ainda este ano

Tarso: proposta ampliará acesso a curso superior

Em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Educação (CE), o ministro Tarso Genro afirmou que a reforma do ensino superior deve reforçar, requalificar e ampliar a universidade pública para que seja referência do sistema no país. Ele informou que a proposta estará concluída até novembro, para envio ao Congresso ainda este ano.

O ministro da Educação pretende com a reforma reordenar as relações entre o ensino público e o privado no Brasil. Tarso Genro disse que o governo quer aumentar gradativamente o acesso às universidades públicas e privadas, de modo que ambas sejam postas “nos trilhos do interesse público”.

O ministro destacou que a universidade pública deve alargar o acesso às suas salas de aula e buscar uma melhor ocupação territorial do país. De maneira emergencial, o acesso deverá ser ampliado duplicando o número de vagas públicas nas universidades privadas.

Ele observou que mudar apenas a universidade sem mudar o ensino básico, nem contrastar o projeto de ensino superior que se deseja para o futuro da nação, seria politicamente indefensável. Anunciou que o ministério deve investir na alfabetização, a fim de chegar a números próximos a 100% de brasileiros alfabetizados.

O presidente do Senado, José Sarney, participou da audiên-

cia. Antes do início da exposição do ministro, o presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), lembrou a importância da universidade para a sociedade e afirmou que o simples fato de haver uma proposição de reforma universitária é constatação de que há uma crise no setor.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) parabenizou o ministro e questionou sobre a sua posição em relação aos funcionários que executam atividades não-docentes, como os que trabalham nas cantinas, bibliotecas, laboratórios e secretarias das escolas. Tarso Genro respondeu que não tem idéia trabalhada sobre o assunto e que aceita contribuições.

A uma pergunta de Roberto Saturnino (PT-RJ), o ministro afirmou que o ensino a distância no Brasil é uma preocupação estratégica do ministério e que há um importante projeto em andamento nessa área. Respondendo a Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Tarso Genro disse que o novo sistema de avaliação dos cursos proposto pelo governo petista não está perfeito, sendo inclusive “formado por um modelo com excesso de subjetivação”, mas representa uma melhora em relação ao sistema atual, o chamado Provão. Reginaldo Duarte (PSDB-CE), Flávio Arns (PT-PR) e João Capiberibe (PSB-AP) também participaram dos debates na Comissão de Educação.

Mudança será por meio de projeto de lei

O ministro Tarso Genro assegurou ao presidente da Comissão de Educação, senador Osmar Dias (PDT-PR), que o governo federal pretende promover a reforma universitária por meio de projeto de lei. Isso não significa que não possa ser desenvolvida alguma ação de caráter urgente por medida provisória (MP), acrescentou ele.

Já a garantia de vagas em instituições privadas para assegurar o ensino superior a estudantes carentes, programa denominado, pelo governo, de Universidade para Todos, deverá ser estabelecida por MP, afirmou o ministro, respondendo a questionamento do senador José Jorge (PFL-PE).

Tarso Genro adiantou aos senadores da comissão que a idéia do ministério é substituir o processo atual, mantido basicamente pelo Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies), e com gastos de cerca de R\$ 1 bilhão ao ano, por

um sistema cujos recursos deverão ficar em torno de R\$ 200 milhões anuais. Ressaltou, entretanto, que o número de alunos atendidos será três ou quatro vezes maior do que o contemplado hoje pelo Fies.

Ele informou ao presidente da CE que a proposta da pasta é dar prioridade à instalação de universidades públicas em localidades desprovidas de ensino superior de qualquer natureza, como forma de descentralizar a oferta de vagas. O ministro disse ainda que haverá mudança no processo de instalação de universidades privadas. A idéia é que seja feita em concorrência pública, por regiões e cursos específicos.

Tarso Genro também garantiu a Osmar Dias que o governo não tem nenhuma proposta de criação de um novo imposto para financiar o ensino superior, uma nova “CPMF”, por exemplo, como teria noticiado a imprensa. Lembrou,

entretanto, que essa é uma das sugestões que surgem durante os debates sobre o assunto.

Ensino básico

A Arthur Virgílio (PSDB-AM), o ministro disse ser prioridade do governo o financiamento do ensino básico. Tarso concordou que as verbas para a educação não são suficientes, mas observou que isso não é problema específico da área.

Em resposta a questionamento do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o ministro anunciou que o Executivo vai propor uma norma genérica de cotas para acesso às universidades. Ele garantiu ao senador Hélio Costa (PMDB-MG) que o governo federal vai buscar agilizar o repasse de recursos para as universidades públicas, de modo a evitar situações como a da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que ficou, segundo o senador, quatro meses sem pagar contas de luz e água no ano passado.



DEBATE Durante a audiência, senadores questionaram o ministro sobre vários pontos da reforma

Concorrência para faculdades privadas

Durante a audiência pública na Comissão de Educação, o ministro Tarso Genro informou que não será tomada nenhuma “medida jacobina irresponsável” para solucionar o problema da falta de qualidade de alguns cursos de nível superior. Em resposta ao senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ele admitiu que houve uma “explosão irracional de universidades privadas” e que é necessário mudar, dando prioridade à qualidade do ensino.

Segundo o ministro, além da avaliação dos cursos por comissão nacional específica para o assunto, serão adotadas medidas imediatas, como a abertura de concorrência pública para instalação de novas universidades da iniciativa privada, levando-se em consideração as demandas de

cursos por região.

Com referência a uma solução para a crise de recursos das universidades públicas – reivindicação de vários senadores presentes à audiência –, Tarso Genro assinalou que o descontinuidade de recursos é uma alternativa. Mas ressaltou que a saída definitiva passa pela criação de um fundo específico para financiar o setor, à semelhança do Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Essa deverá ser uma das propostas da reforma universitária, acrescentou.

Escola aos domingos

O ministro comunicou que está sendo negociada com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) a implantação de

um grande programa para permitir a abertura das escolas aos domingos. O objetivo é ocupar o tempo dos jovens afastados da criminalidade, à semelhança de experiência implantada em sua gestão à frente da prefeitura de Porto Alegre, explicou ele, em resposta à senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Tarso Genro assegurou que há intenção de investir na formação de professores para o programa de universalização da alfabetização.

Mão Santa (PMDB-PI) disse esperar que o ministro da Educação tenha papel fundamental na reconstrução das universidades públicas e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou uma melhor distribuição das instituições públicas de ensino superior no país.

Fotos: José Cruz



EXPLICAÇÕES Presidente da Caixa Econômica Federal fala aos senadores da CFC, presidida por Suassuna (D)

Caixa é refém da GTech, afirma Jorge Mattoso

■ Ele explica que o banco está impedido de realizar licitações devido a ações judiciais movidas pela empresa

O presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, afirmou na audiência realizada ontem pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) que a instituição é refém da empresa GTech, contratada para executar os serviços relacionados às loterias federais. A Caixa, disse, está impedida por meio de ações judiciais da GTech de realizar licitações, o que significa que o banco está “aprisionado” pela empresa.

A análise, segundo Mattoso, foi feita por auditoria interna, corroborada pelo procurador-geral do Tribunal de Contas da

União (TCU), Lucas Rocha Furtado. Entre outros prejuízos, Mattoso avaliou que a Caixa fica impossibilitada de expandir sua rede de correspondentes bancários, que fazem o contato com a população e, conseqüentemente, de aprimorar os serviços prestados.

O presidente da Caixa apresentou histórico do “extraordinariamente complexo” contrato entre a instituição e a GTech, que tem origens em 1994 e que dá à empresa “um poder incensurável” sobre a exploração dos serviços lotéricos federais. Ele narrou que a empresa nunca participou de licitação na Caixa, pois herdou o contrato firmado pelo banco com a Racimec, que, mais tarde, foi comprada pela GTech. O TCU e o Ministério Público detectaram 18 irregularidades no contrato original, em investigações

que tiveram o acompanhamento do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Mattoso ressaltou que a prorrogação do contrato entre o banco e a GTech não teve qualquer interferência externa, quer seja do ex-assessor do Palácio do Planalto Waldomiro Diniz, ou do empresário Rogério Buratti. O presidente da Caixa afirmou não conhecer Waldomiro ou Buratti e que não autorizou a intermediação dos contratos com a GTech.

As respostas foram dadas ao senador Ney Suassuna (PMDB-PB), autor do requerimento para realização da audiência e presidente da CFC.

À senadora Ideli Salvatti (PT-SC), Mattoso salientou que a GTech faz lobby junto a deputados e age de forma a cartelizar o mercado de prestação de serviços para loterias.

Senadores pedem CPI para esclarecer contrato

Assim como a senadora Heleia Helena (sem partido-AL), Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou acreditar que o depoimento do presidente da Caixa Econômica Federal na CFC reforça a necessidade de se criar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a atuação do ex-subchefe para Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Waldomiro Diniz, no processo que culminou com a prorrogação do contrato entre a Caixa e a empresa GTech, para prestação dos serviços lotéricos.

O líder do PSDB avaliou que a prorrogação do contrato com a GTech por 25 meses poderia ter tido prazo menor, para aca-

bar com o aprisionamento da Caixa. Nesse sentido, Demostenes Torres (PFL-GO) disse acreditar que a Caixa teria condições tecnológicas de, em um prazo inferior ao da prorrogação do contrato, realizar o processamento dos jogos lotéricos. Assim, ele defendeu que o contrato fosse rompido unilateralmente pela Caixa, sem que houvesse risco para a continuidade dos trabalhos.

Em resposta a Demostenes, Mattoso observou que, se houvesse mais tempo para negociação, a Caixa talvez pudesse ter obtido melhores condições no contrato. Porém, quando assumiu a presidência do banco, o contrato havia sido prorrogado

por apenas 90 dias, período no qual teve que tomar conhecimento do caso e tomar as decisões, que considera as melhores possíveis para a Caixa.

Ao ressaltar o currículo de Mattoso, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), apontou que a atuação da Caixa no setor de loterias está engessada por liminares sempre concedidas pela juíza titular da 17ª Vara Federal de Brasília, Máisa Giudice.

No encerramento da reunião, o presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Ney Suassuna, manifestou sua confiança de que a Caixa conseguirá superar as dificuldades observadas na gestão de Mattoso.

Comissão debate solução para o gás no Nordeste

Durante audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) sobre o abastecimento de gás natural no Nordeste, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirmou que a atitude do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em relação ao licenciamento de obras como o gasoduto que ligará o campo de Manati a Salvador poderá tornar mais grave a ameaça de desabastecimento na região.

A questão ambiental também foi ressaltada por Valdir Raupp (PMDB-RO), ao se referir ao gasoduto entre Urucu e Porto Velho. Segundo o parlamentar, o Ibama viu-se impedido, por decisão judicial, de emitir a licença ambiental.

Na audiência, foram discutidas alternativas para o abaste-

cimento de gás no Nordeste: o gasoduto do campo de Manati, que ficaria pronto em 2005, e a construção do gasoduto Sudeste/Nordeste (Gasene), que entraria em operação em 2007.

O presidente da comissão, José Jorge (PFL-PE), chamou a atenção para um gráfico de projeção da oferta e da demanda de gás na região, apresentado pelos diretores da Petrobras presentes à audiência. “Esse gráfico mostra a importância de se realizar a audiência, uma vez que a situação de abastecimento de gás no Nordeste está à beira do desastre”.

César Borges (PFL-BA) disse que o Gasene seria solução definitiva para o abastecimento na região, mas demonstrou preocupação com a “pesada engenharia financeira”.



AUDIÊNCIA PÚBLICA José Jorge (segundo à esquerda), entre especialistas do setor, dirige debate na Comissão de Infra-Estrutura

Obra substituirá a importação do produto, diz diretor da Petrobras

A construção do gasoduto Sudeste-Nordeste, apontada como principal alternativa para o abastecimento dos mercados nordestinos, foi decidida pela Petrobras depois que se mostrou inviável a opção de importação de gás natural liquefeito, segundo explicação dada à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) pelo diretor de gás e energia da empresa, Ildo Sauer.

De acordo com Sauer, o mercado internacional de gás liquefeito teve grande aquecimento nos últimos anos, levando ao aumento do preço do produto. Passou, então, a ser muito mais viável transportar gás do Sudeste para o Nordeste, uma vez que, além do produto proveniente da Bolívia,

existe o gás da Bacia de Campos, do Espírito Santo e da nova Bacia de Santos.

Ainda durante a audiência, o diretor de exploração e produção da Petrobras, Guilherme Estrela, observou que o campo de Manati (BA), alternativa para o abastecimento da região, é uma extensão da Bacia do Recôncavo Baiano, já que as condições geológicas são as mesmas. Por isso, informou, haverá facilidade para o início da produção do campo, que tem 25 bilhões de metros cúbicos entre reservas provadas e possíveis.

O diretor da Queiroz Galvão, José Augusto Fernandes Filho, afirmou que a empresa tem expectativa de descobrir novas jazidas de gás na Bahia.